

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais**

**Período de Análise: 01/08/2015 a 31/08/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Sementeiros de MT pedem combate à pirataria no Estado.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 03/08/2015 .....	3
<b>Dilma e Lula e o oportunismo com os sem-terra.</b> Eduardo Scolese – Folha de São Paulo, Poder. 12/08/2015 .....	3
<b>Ministério da Agricultura cria três novas câmaras setoriais</b> – Valor Econômico, Agronegócios. 17/08/2015 .....	4
<b>PF indicia cinco em Operação Semilla no Rio Grande do Sul.</b> Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico, Agronegócios. 18/08/2015 .....	5
<b>PF prende chefe do Incra no Pará em ação contra comércio ilegal de madeira.</b> Manoel Cardoso – Folha de São Paulo, Poder. 24/08/2015 .....	5
<b>PF faz operação contra desmatamento e exploração ilegal de madeira no Pará</b> – Folha de São Paulo, Ambiente. 24/08/2015 .....	6
<b>Produtores rurais reclamam de exigências dos bancos para liberar crédito.</b> Clarice Couto – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 25/08/2015 .....	8
<b>Juros do crédito rural sobem em média 44% em julho, diz BC.</b> Victor Martins e Célia Froufe – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 26/08/2015 .....	9
<b>Agricultores criticam foco no agronegócio previsto no programa 'Classe Média no Campo'</b> – Site do MST. 28/08/2015 .....	10

## **Sementeiros de MT pedem combate à pirataria no Estado. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 03/08/2015**

BRASÍLIA - A Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat) denunciou ao Ministério da Agricultura aqueles que considera os maiores comercializadores de sementes “piratas” no Estado. Uma lista com esses vendedores foi protocolada nesta segunda-feira na superintendência do ministério em Cuiabá. A Aprosmat estima que sejam comercializadas em torno de 3 milhões de sementes ilegais em propriedades mato-grossenses.

“Viemos aqui exigir providências enérgicas contras esses ‘pirateiros’, ações mais efetivas, pois as que vêm sendo praticadas não tem sido suficientes para desestimular a ilegalidade, como por exemplo, multas aplicadas de baixo valor, estimulando que no ano seguinte o infrator irá reincidir”, diz, em comunicado, o presidente da Aprosmat, Carlos Ernesto Augustin.

“O ideal é que haja o embargo da ‘semente pirata’ até após o plantio, metodologia de fiscalização nos moldes adotados pelo ministério em Mato Grosso do Sul, pois as aplicadas aqui em Mato Grosso são penas leves e em muitos casos apenas advertências/notificações.”

Em encontro hoje na sede da superintendência, Augustin e o superintendente federal do Ministério da Agricultura em Mato Grosso, Francisco Moraes, discutiram a necessidade de uma força-tarefa entre o ministério, a Polícia Federal, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea), a Polícia Militar, a Secretaria de Fazenda de Mato Grosso e a Receita Federal para reforçar a fiscalização e combater a venda de sementes ilegais no Estado.

“Vamos tomar ciência das pessoas denunciadas e iremos enviar nossas equipes de fiscais para os locais descritos”, afirmou o superintendente federal do Ministério da Agricultura em Mato Grosso.

Ainda segundo a entidade que reúne os sementeiros mato-grossenses, também participarão da reunião o presidente do Grupo Bom Futuro, Eraí Maggi Scheffer, e representantes da Comissão de Defesa Vegetal e das áreas de sanidade vegetal e de fiscalização do Ministério da Agricultura em Mato Grosso.

---

## **Dilma e Lula e o oportunismo com os sem-terra. Eduardo Scolese – Folha de São Paulo, Poder. 12/08/2015**

Tem sido assim nos últimos dez anos. Sempre que o governo federal petista passa por alguma enrascada política ou eleitoral, o jeito é apelar aos amigos sem-terra. Foi assim no auge da crise do mensalão (2005), no segundo turno da reeleição de Lula (2006), na eleição de Dilma (2010), na reeleição da presidente (2014) e, agora, no petrolão.

Essa prática, porém, esconde uma enorme e cada vez mais clara distância entre eles, além de um jogo de oportunismo de ambos os lados.

PT e MST sempre foram aliados. Lula, por exemplo, discursou no primeiro congresso nacional dos sem-terra, em 1985. Depois, como candidato a presidente em 1989, 1994 e

1998, usava o tema da reforma agrária radical e na base da "canetada" como uma de suas bandeiras de campanha.

Mas a relação entre eles começou a esfriar em 2002, com a chegada do "Lulinha, paz e amor" à campanha eleitoral. Aquele Lula que babava pra falar de desapropriação de terra não existia mais. Surgia um Lula pragmático, montado pelos marqueteiros para vencer as eleições. Nesse cenário, não cabia mais um Stedile ao lado dele na TV.

A eleição de Lula, de qualquer forma, provocou uma euforia nos acampamentos. Milhares de sem-terra armaram seus barracos à espera de uma terra prometida que nunca veio. Apesar do avanço ao crédito para pequenos agricultores e dos repasses financeiros (hoje cada vez menores) às cooperativas e associações ligadas aos movimentos, o ritmo da reforma agrária na era Lula foi aquém do que o MST esperava e despencou sob Dilma.

Em meio a crises políticas, nem Lula nem Dilma quiseram comprar briga com a forte bancada ruralista no Congresso. Fazer reforma agrária, na prática, exige comprar briga com o PMDB, o que nunca valeu a pena para os petistas.

Nesse meio tempo, os movimentos sem-terra enfraqueceram. Foram engolidos por programa sociais e o avanço da economia, e os acampamentos e a pressão desapareceram do mapa. Quem ficaria anos debaixo de um barraco de lona preta, à beira de uma estrada ou na porta de uma fazenda invadida, se em casa já tinha o Bolsa Família e o pai e a mãe recebiam um salário mínimo com a aposentadoria rural?

O fato é que Lula passou seu mandato enrolando os sem-terra, e eles se conformando com cafezinhos no Palácio do Planalto. O MST não tinha a reforma agrária que queria, mas se contentava com a não-repressão do governo federal. Um símbolo dessa relação esquisita ocorreu em 2009, quando os sem-terra invadiram o Ministério da Fazenda e, para que saíssem de lá, exigiram o agendamento de uma reunião com ministros do governo Lula. Mas não são aliados?

O oportunismo vale de novo nesta semana. Dilma e Lula precisam de uma plateia aliada para subir sem vaias no palanque, e os sem-terra e os pequenos agricultores se apegam a qualquer coisa para buscar migalhas de políticas públicas no campo.

---

### **Ministério da Agricultura cria três novas câmaras setoriais – Valor Econômico, Agronegócios. 17/08/2015**

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura anunciou ter criado três novas câmaras setoriais para fortalecer e reorganizar colegiados. A primeira é a Câmara Setorial da Erva Mate, uma reivindicação antiga do setor.

Também será criado um colegiado dedicado à discussão da Lei Plurianual Agrícola (LPA) - que está em fase de elaboração – agregado à do Financiamento e Seguro do Agronegócio.

Por fim, será criada uma câmara provisória pelo prazo de dois anos para acompanhar a implantação das mudanças no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi).

“Acredito muito nesses grupos porque é de onde vem, de fato, o detalhe. Temos que ter um fórum macro, mas o que incomoda a vida das pessoas é o micro, uma portaria que está faltando, um detalhe que impede o produtor de trabalhar”, disse a ministra Kátia Abreu, em nota.

---

### **PF indicia cinco em Operação Semilla no Rio Grande do Sul. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico, Agronegócios. 18/08/2015**

PORTO ALEGRE - A Polícia Federal indiciou cinco pessoas no relatório parcial do inquérito referente à Operação Semilla, deflagrada em maio, que identificou um esquema de corrupção na Superintendência do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul (SFA-RS). Conforme a PF, a investigação indicou que o “grupo criminoso” provocou um prejuízo de R\$ 20,5 milhões para os cofres do ministério. O relatório foi encaminhado à Justiça Federal.

Os nomes dos indiciados não foram divulgados, mas entre eles estão “dois servidores públicos e uma ex-servidora, por corrupção passiva e corrupção ativa, advocacia administrativa e associação criminosa”, informou a Polícia Federal, em nota. Entre os investigados, estavam o então superintendente Francisco Signor, o servidor Sérgio Luiz Sobrosa, que foram afastados dos cargos, além da ex-servidora Elidiana Maróstica, que foi proibida, assim como os outros dois, de ter acesso a qualquer prédio do ministério.

Segundo a PF, o valor foi desviado por intermédio de “pagamentos a eventos fictícios da empresa Ícone Eventos e Viagens” e foi apurado por meio de “dados da investigação e documentos colhidos na fase ostensiva da operação, no dia 13 de maio”. Na época, além de afastar os servidores, o ministério suspendeu todos os pagamentos da superintendência à empresa por determinação da Justiça Federal em Porto Alegre.

Quando a operação foi deflagrada, a Polícia Federal informou que o grupo agia em benefício de empresas agropecuárias e agroindustriais com redução de multas, demora na tramitação de processos e na aplicação de autos de infração ou aceleração de procedimentos de liberação. Também havia “tratamento diferenciado” para empresas que pediam “providências não convencionais”, como a remoção de fiscais agropecuários “muito rigorosos”, e eram avisadas previamente das fiscalizações.

O Ministério Público Federal (MPF) informou, em maio, que as investigações começaram em novembro de 2013 e que os investigados eram suspeitos também de exercer “supostas influências” no andamento das fiscalizações relativas à Operação Leite Compen\$ado, do Ministério Público Estadual, que apura casos de adulteração de leite no Estado. O Valor pediu entrevista à Polícia Federal e aguarda retorno.

---

### **PF prende chefe do Incra no Pará em ação contra comércio ilegal de madeira. Manoel Cardoso – Folha de São Paulo, Poder. 24/08/2015**

A Polícia Federal prendeu na manhã desta segunda-feira (24) o superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Santarém (PA), Luiz Bacelar, durante operação que visa combater o comércio ilegal de madeira.

Entre os detidos estão outros funcionários do Incra, além de servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e das secretarias de Estado de Meio Ambiente e da Fazenda do Pará.

Na operação –denominada Madeira Limpa–, a PF cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão a funcionários dos respectivos órgãos públicos. As ações foram realizadas em cidades do Pará –incluindo Belém– e em outros dois Estados –Santa Catarina e Amazonas.

Segundo as investigações da PF, o suposto esquema envolve empresários do ramo madeireiro que contavam com a colaboração ilegal de servidores públicos municipais, estaduais e federais.

De acordo com o Ministério Público Federal, as investigações mostraram que uma quadrilha coagia trabalhadores rurais a aceitarem a exploração ilegal de madeira dos assentamentos do oeste paraense em troca da manutenção de direitos básicos, como o acesso a créditos e a programas sociais.

A Procuradoria calcula em R\$ 31,5 milhões o prejuízo mínimo estimado ao patrimônio público.

Segundo as investigações do Ministério Público Federal, iniciadas em 2014, o grupo atuava em três frentes interligadas: um núcleo intermediador e empresarial, um núcleo operacional centralizado no Incra e um núcleo relacionado às fraudes em órgãos ambientais.

"O grupo investigado transformou a SR30 [superintendência do Incra que abrange o oeste paraense] em um grande balcão de negócios, fazendo uso da instituição pública, e no exercício funcional, para viabilizar a extração ilegal de madeira em áreas de assentados", diz trecho da petição da Procuradoria enviada à Justiça Federal.

Segundo a Polícia Federal, o superintendente do Incra Bacelar será encaminhado para o centro de recuperação agrícola Silvio Hall de Moura, em Santarém, onde vai ficar à disposição da Justiça.

#### *OUTRO LADO*

Em nota o Incra informou que está dando apoio ao trabalho da força policial, aos órgãos de controle e da Justiça, e afirmou que, mesmo antes das conclusões iniciais do inquérito policial, decidiu preventivamente pelo afastamento imediato dos servidores indiciados.

Ainda segundo a nota, o órgão abriu procedimentos administrativos internos para averiguar responsabilidade dos envolvidos nas acusações.

A reportagem tentou, mas não conseguiu falar com o Ibama e as secretarias estaduais da Fazenda e de Meio Ambiente do Pará.

---

**PF faz operação contra desmatamento e exploração ilegal de madeira no Pará –  
Folha de São Paulo, Ambiente. 24/08/2015**

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) no Pará cumprem hoje (24) 33 mandados de prisão (preventivas e temporárias) de suspeitos de participar de um esquema criminoso de desmatamento e exploração ilegal de madeira em assentamentos no oeste do estado.

Entre os suspeitos estão o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Santarém, Luiz Bacelar Guerreiro Júnior, e o secretário municipal de Meio Ambiente de Óbidos, Vinícius Picanço Lopes.

De acordo com o Ministério Público, o esquema provocou prejuízo superior a R\$ 31 milhões aos cofres públicos.

Segundo as investigações, iniciadas em 2014, a quadrilha coagia trabalhadores rurais a aceitar a exploração ilegal de madeira nos assentamentos no oeste do Pará, em troca da manutenção de direitos básicos, como o acesso a créditos e a programas sociais.

O MPF constatou que o grupo atuava em três núcleos interligados: um intermediador e empresarial, outro operacional centralizado no Incra e um terceiro relacionado às fraudes em órgãos ambientais.

"Enquanto o primeiro núcleo concentrava os negociantes de créditos florestais fictícios –conhecidos como "papeleiros"– e empresas que recebiam a madeira extraída ilegalmente, o segundo atuava diretamente com o desmatamento, sob a permissão de servidores do Incra.

O terceiro núcleo era responsável pela mercantilização de informações privilegiadas sobre fiscalizações feitas por órgãos ambientais e pela liberação irregular de empresas com pendências nessas instituições", explicou o MPF em nota.

Ainda de acordo com o Ministério Público Federal no Pará, o grupo transformou a Superintendência do Incra em Santarém, que abrange o oeste do estado, em "um grande balcão de negócios", com uso da instituição para viabilizar a extração ilegal de madeira em áreas de assentados.

"Muitas vezes, a prática criminosa é feita sob submissão dos colonos à precária situação em que são colocados. Precisam barganhar direitos que lhes são devidos em troca da madeira clandestina", diz trecho da petição do MPF à Justiça Federal, que motivou a ação.

Os mandados estão sendo cumpridos nos municípios paraenses de Santarém, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Uruará, além de Belém e Ananindeua, no Amazonas, e Castanhal, no nordeste paraense.

A organização criminosa, segundo o MPF/PA, era composta por servidores federais, do Incra e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e estaduais, das secretarias de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da Fazenda (Sefa) do Pará.

Além dos mandados de prisão, estão sendo cumpridos 37 mandados de busca e apreensão em residências de suspeitos e nos órgãos públicos envolvidos.

O MPF também pediu à Justiça que quatro servidores suspeitos de participação no esquema sejam afastados dos cargos e que os presos na operação sejam encaminhados ao Centro de Recuperação Sílvio Hall de Moura, em Santarém (PA).

Os suspeitos responderão pelos crimes de associação criminosa, corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, falsidade ideológica, uso de documento falso, crimes contra a flora e crimes contra a administração ambiental.

---

### **Produtores rurais reclamam de exigências dos bancos para liberar crédito. Clarice Couto – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 25/08/2015**

*Representantes de associações afirmam que as instituições financeiras têm demandado dos produtores requisitos não cobrados na safra anterior*

SÃO PAULO - Produtores rurais de diferentes regiões do Brasil queixam-se das exigências impostas pelos bancos para liberar recursos previstos no Plano Agrícola e Pecuário 2015/16, anunciado há dois meses. Tanto representantes da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Rio Grande do Sul como de Mato Grosso afirmam que as instituições financeiras têm demandado dos produtores requisitos não cobrados na safra 2014/15. "Os bancos estão emprestando, mas exigindo mais garantias", disse ao Broadcast, serviço de informações em tempo real da Agência Estado, o coordenador da comissão de política agrícola da Aprosoja-MT, Adolfo Petry.

Em Mato Grosso, as entidades bancárias começaram a condicionar a concessão de crédito não apenas ao tradicional penhor da safra (ou seja, a própria safra pode vir a ser utilizada para pagar a dívida), mas também a avalistas e à chamada hipoteca de primeiro grau (bem que não está vinculado a nenhuma outra dívida). O problema é que boa parte dos produtores já dava sua hipoteca como garantia em financiamentos para adquirir máquinas agrícolas e silos. "Qual produtor tem uma hipoteca sem nenhum ônus? Bem menos da metade dos agricultores do Estado", disse Petry.

Na região, há outros agravantes. As revendas de insumos, que no ciclo 2014/15 custearam quase 1/3 dos produtos, no atual ano-safra devem financiar somente de 10% a 15%, na estimativa do coordenador da Aprosoja-MT. Além disso, o atraso na concessão de crédito no primeiro semestre fez com que os produtores do Estado postergassem a aquisição de insumos e ainda amargassem os prejuízos de compras com dólar bem mais alto. Se no ano passado, neste época do ano, agricultores da região já tinham "comprado e pago" os insumos, segundo Petry, neste ainda falta adquirir 18% do volume a ser aplicado na temporada 2015/16. "Então existe uma demanda represada", complementou.

Apesar da dificuldade, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, afirmou na semana passada que os recursos do Plano Safra 2015/16 "estão saindo normalmente" e que, no mês de julho, o primeiro do ano-safra, foram liberados 32% mais recursos em relação a julho de 2014. Segundo dados do Banco Central (BC) sobre crédito rural, as contratações em julho somaram R\$ 11 bilhões e, em julho de 2014, R\$ 8,647 bilhões. Somente os bancos públicos, no mês passado, liberaram R\$ 6,8 bilhões, aumento de 62% no volume de crédito em relação a julho de



2014. Os bancos privados aumentaram em 6% a oferta de crédito e ofereceram R\$ 3,7 bilhões aos agricultores.

No Rio Grande do Sul, a reclamação é semelhante. Produtores relatam que não apenas os bancos ampliaram as exigências para aprovar linhas de crédito como também as vendas. "Produtores que têm refinanciado sua dívida não conseguem mais crédito para a safra nova", conta o presidente da Aprosoja-RS, Décio Lopes Teixeira. As distribuidoras, segundo o executivo, também têm enfrentado dificuldades. "Tenho ouvido empresas com 30% a 40% (da dívida) na rua, sem receber", diz Teixeira.

Para ele, a situação no Rio Grande do Sul é preocupante. Os que acessam linhas de crédito, em sua percepção, são aqueles sem dívidas ou que se desfizeram de algum bem para quitar débitos. "Milho aqui tem gente que nem planta mais. Grandes empresas estão desaparecendo todos os anos, porque a despesa é maior do que os ganhos", afirma.

---

**Juros do crédito rural sobem em média 44% em julho, diz BC. Victor Martins e Célia Froufe – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 26/08/2015**

*Alta tem sido motivo de reclamação entre agricultores e pecuaristas, que se queixam ainda do aumento de exigências para a contratação de recursos*

BRASÍLIA - Os juros do crédito rural deram um salto no primeiro mês do ano-safra 2015/2016. Dados do Banco Central divulgados nesta quarta-feira, 26, mostram que as taxas médias para pessoas físicas tiveram alta de 44,64% na comparação entre julho e igual mês do ano passado, subindo de 5,6% ao ano para 8,1% ao ano. Essa alta tem sido motivo de reclamação entre agricultores e pecuaristas, que se queixam ainda do aumento de exigências para a contratação de recursos, além de demora na análise de crédito.

As operações com taxas de mercado são as que mais têm pesado no bolso do produtor, tendo passado de 14,6% ao ano para 18,4%. Nas operações subsidiadas, subiram de 5,4% para 7,7% e ainda se mantêm abaixo do nível máximo definido pelo Plano Safra atual, cuja taxa pode chegar a até 8,75% ao ano. Para as empresas, que representam a menor fatia de contratantes de crédito rural, as taxas médias passaram de 8,2% em julho do ano passado para 9,8% no mês passado. Os juros de mercado passaram de 16,8% ao ano para 17% nessa base de comparação. Já as taxas controladas subiram de 5,6% para 8,6%.

O endividamento do produtor, somado ao cenário econômico e problemas pontuais de clima, levaram ainda a um ligeiro aumento da inadimplência, que passou de 1,2% em julho do ano passado para 1,4% neste início de safra, um nível baixo comparado a outras modalidades de crédito. Entre as empresas, a inadimplência subiu de 0,4% para 0,8%.

Apesar da alta de juros e do cenário econômico, o produtor ampliou a demanda por crédito. As concessões de empréstimos para pessoas físicas dispararam no primeiro mês do Plano Safra 2015/2016. As operações com taxas de mercado cresceram 177,9% na comparação entre julho e igual mês do ano passado, chegando a R\$ 328 milhões. As com taxas reguladas subiram 29,78%, atingindo R\$ 7,020 bilhões.

Os dados do Banco Central mostram ainda crescimento de 7,65% na concessão de crédito rural para empresas na comparação entre julho de 2014 e igual mês do ano passado, ficando em R\$ 4,435 bilhões. Esse movimento de alta foi puxado por liberação de recursos a taxas de mercado, que apresentaram alta de 102,5%, passando de R\$ 359 milhões em julho do ano passado para R\$ 727 milhões no mês passado. As concessões com taxas reguladas, no entanto, recuaram 1,41%, passando de R\$ 3,761 bilhões para R\$ 3,708 bilhões.

---

### **Agricultores criticam foco no agronegócio previsto no programa 'Classe Média no Campo' – Site do MST. 28/08/2015**

*Movimento dos Pequenos Agricultores critica proposta da ministra Kátia Abreu e defende Plano Camponês, “uma alternativa comprometida com a soberania alimentar no país”*

Do Brasil de Fato

Recém lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sob comando da ministra Kátia Abreu, o programa Classe Média no Campo, foi criticado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). "O Programa visa a inserção de 400 mil famílias na lógica do agronegócio, ou seja, especializando em monocultores altamente dependente do uso de agrotóxicos, de insumos químicos, de sementes transgênicas, mecanização pesada, trazendo impactos negativos não só para o campo, mas para a população em geral", apontou o movimento em documento.

Segundo o MPA, o programa lançado em Palmas (TO), no início deste mês, não representa os pequenos camponeses e distancia-se da construção de um projeto comprometido com a soberania alimentar no país.

Uma vez que visa o agronegócio, diz o Movimento, o Ministério da Agricultura estreita relações com empresas "que tem tornado os/as agricultores/as reféns pelo controle das sementes (transgênicas e híbridas), pela determinação dos preços, pela dependência dos pacotes – agrotóxicos, tecnologias, etc".

Levando em consideração que a agricultura familiar camponesa apresenta uma produtividade equivalente ao dobro das áreas do agronegócio no país - com apenas 24% das terras, este tipo de agricultura produz cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros - a alternativa sinalizada pelo MPA é a elaboração do Plano Camponês, que visa garantir a manutenção e incentivar a agricultura familiar.

O plano proposto pelos camponeses, que vem sendo construído em conjunto com outros movimentos populares ligados à Via Campesina, apresenta três diretrizes: afirmação da agricultura camponesa como base da Soberania Alimentar, do abastecimento popular de alimentos de base agroecológica; criação de condições materiais para a manutenção do camponês no campo, sobretudo a juventude camponesa; e garantia de alimentos de qualidade para a população brasileira, permitindo a construção de relações de produção, distribuição e consumo sob controle popular e estatal.

"Para isso, se faz necessário uma Reforma Agrária Popular, nova política de Crédito Subsidiada pelo estado e apropriada à agricultura camponesa, um Modelo Energético

que respeite o meio ambiente e as pessoas, gerando autonomia para as famílias e ou grupos camponeses contribuindo para a Soberania nos âmbitos Alimentar, Hídrico, Energético, Genético e Territorial", aponta o documento.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa